

PROFISSÃO: REPÓRTER DE INVESTIGAÇÃO

Sai no Brasil *A Melhor Democracia Que o Dinheiro Pode Comprar*, o bombástico livro do jornalista Greg Palast sobre as eleições americanas de 2000, o governo Blair, a Monsanto, a GTech, a Wal-Mart... e o Brasil. POR MAURÍCIO STYGER

GREG PALAST, JORNALISTA PROFISSIONAL, NASCEU EM LOS ANGELES, mora em Nova York, vive rodando os Estados Unidos atrás de boas histórias, mas só consegue ver o resultado de seu trabalho na Inglaterra, ou onde mais alguém se disponha a publicar as suas reportagens. Em casa, considera-se banido. "Atualmente, a reportagem investigativa é praticamente um crime nos Estados Unidos", diz.

Para quem não o conhece – e ele ainda é praticamente desconhecido no Brasil –, o seu discurso pode soar persecutório ou paranóico. Mas quem se der ao trabalho de ler *A Melhor Democracia Que o Dinheiro Pode Comprar*, que a editora W 11 lança por aqui até o fim do mês, entenderá por que Palast se tornou uma espécie de *persona non grata* nas principais redações da imprensa americana.

Dono de um faro invejável para detectar fraudes, escândalos, manipulação, golpes baixos, esquemas e artimanhas ilícitas nas mais altas esferas, seja do governo americano, britânico ou brasileiro, seja nas grandes corporações transnacionais, Palast é um repórter no sentido original do termo: "A primeira missão de um jornalista é maltratar os que estão no poder".

A definição também serve para ele justificar o fato de o seu livro ser tão ralo em revelações sobre a administração Clinton – justamente um governo que foi pródigo em escândalos, e não apenas os de caráter sexual – e ter como alvo principal a família Bush: o pai George, os filhos George W. e Jeb, além



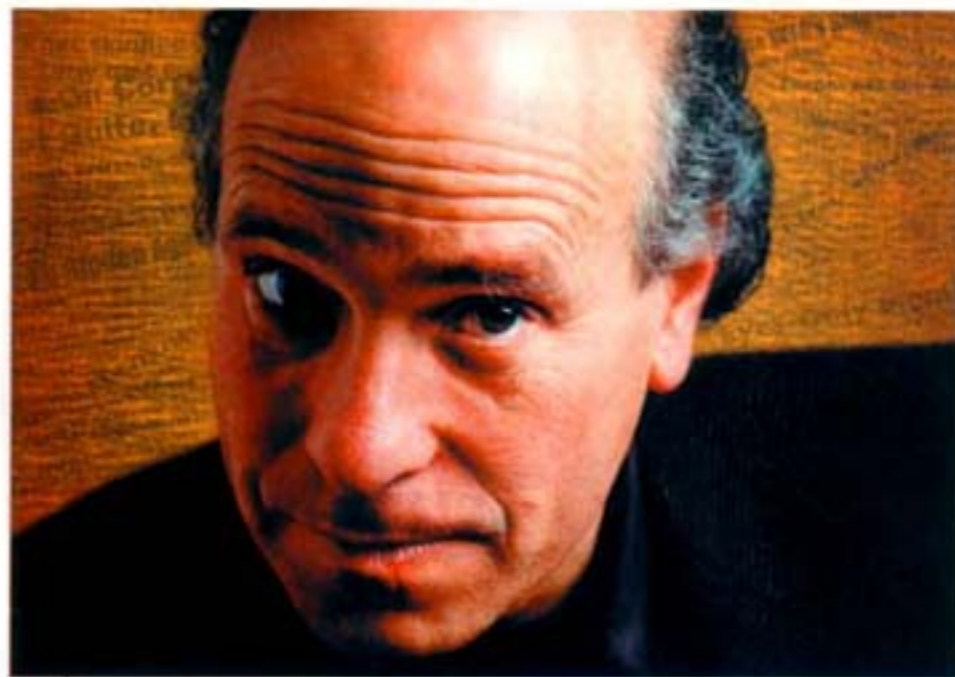
A OBRA. Editado pela W11, sai este mês

de amigos dos três instalados no comando de empresas com negócios que interessam ao clã.

Palast assume abertamente os seus pontos de vista ao longo das reportagens e, com frequência, manda a objetividade às favas. É um tipo de jornalismo que pode causar espanto no Brasil. Aqui, jornais e revistas seguem, mais ou menos, o padrão consagrado pela imprensa americana, segundo o qual todo repórter deve buscar, em seu relato, ser o mais objetivo possível. "Deixo claro onde estou", diz, em entrevista a *CartaCapital* (págs. 16 e 17).

Isso significa que, ao ler uma reportagem de Palast, o leitor pode ter certeza, por exemplo, de que ele não tem nenhuma simpatia pelo papel que os Estados Unidos, a potência hegemônica, exercem no mundo. Muito pelo contrário. Para o jornalista, as ações de organismos internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, só atendem aos interesses do governo americano e das grandes corporações multinacionais.

Bem-humorado, desbocado, mas sempre cercado de documentos e boas fontes de informação, Palast não coloca panos quentes nem está preocupado em ser sutil. Um bom exemplo é um capítulo especial de *A Melhor Democracia Que o Dinheiro Pode Comprar* incluído na



SOMBRA. Para apurar, usa métodos de detetive, como nomes falsos e gravadores escondidos

edição brasileira, que *CartaCapital* antecipa nesta edição (a partir da pág. 11).

Intitula-se *Sua Excelência Robert Rubin, presidente do Brasil*, e analisa como o então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998, sustentou a moeda brasileira diante do dólar de forma totalmente irreal, com vistas à sua reeleição. A vitória eleitoral de FHC, afirma Palast, foi assegurada pela ação do secretário do Tesouro americano – "que governou de fato como presidente do Brasil sem precisar perder uma única festa em Manhattan".

Rubin, diz o jornalista, ajudou a manter a moeda brasileira em alta custurando o apoio de organismos internacionais ao País. O real, que seria desvalorizado pesadamente logo depois da vitória eleitoral, escreve Palast, "permaneceu em alta antes da eleição porque os Estados Unidos deixaram clara sua intenção de substituir as reservas perdidas por um pacote de empréstimos do FMI".

Em apoio à sua tese, Palast recorre a uma fonte insuspeita, o economista Jeffrey Sachs, da Universidade Harvard. O jornalista cita o economista dizendo que "Washington queria a reeleição de FHC" e, para isso, o governo americano e o FMI evitaram uma desvalorização controlada da moeda antes da eleição, incentivaram "vigorosamente" taxas de juro acima de 50% e

nas relações entre integrantes do alto escalão e empresas privadas.

O "empresário" Palast manifestou interesse em "derrubar restrições ambientais" na legislação britânica, levando um dos lobistas a oferecer não apenas informações privilegiadas, mas também a possibilidade de influenciar decisões do governo. Para isso, apresentou o jornalista a um assessor de Blair, que se dispôs a ajudar Palast.

Quando o escândalo, conhecido como "Lobbygate", estourou, os defensores de Blair exigiram que Palast mostrasse as fitas nas quais o jornalista garantia haver o registro de todas as conversas que publicou no jornal. Por uma trapalhada, que Palast conta em detalhes no livro, as fitas demoraram a surgir, levando o *Mirror*, um jornal sensacionalista inglês, a publicar uma foto do jornalista na primeira página, com a manchete "MENTIROSO". "Um sujeito careca e de aspecto desagradável – eu – sob uma manchete de dez centímetros de altura. Pensei: mas que merda!!!" O caso levou à demissão de um dos lobistas e a inúmeros desmentidos do governo Blair.

Abusado e provocador, a postura de Palast lembra um pouco a do cineasta e escritor Michael Moore, diretor do premiado *Tiros em Columbine*, igualmente um crítico do governo america-

ESPECIALISTA EM DETECTAR FRAUDES E GOLPES, ELE REPETE UM MANTRA: "A PRIMEIRA MISSÃO DE UM JORNALISTA É MALTRATAR OS QUE ESTÃO NO PODER"

do governo Blair, na Inglaterra, praticavam o que se chama de tráfico de influência, ou seja, "barganhavam políticas por propina, dinheiro por acesso". Para provar, Palast criou uma empresa de fachada nos Estados Unidos. Por que nos Estados Unidos? "Se o governo britânico estava vendendo o seu país, a América empresarial estava comprando", justifica.

A "empresa" de Palast procurou grandes lobistas, que apregoavam ter acesso a informações privilegiadas dentro do governo Blair, e mostrou como, de fato, havia promiscuidade

no e das grandes corporações. Os dois são amigos, mas os métodos e os resultados do trabalho que fazem são totalmente diferentes.

O populista Moore, como bem o intitula a revista *New Yorker*, é uma espécie de megafone dos descontentes, uma voz ativa na divulgação de denúncias e críticas ao governo Bush e a empresas privadas, mas com frequência apenas reproduz informações obtidas de outras fontes. Palast, ao contrário, é um investigador, um descobridor de informações – e, não por acaso, é uma das fontes que Moore cita

em seus textos e discursos.

Palast e Moore se unem em torno da convicção absoluta de que a eleição de Bush, em 2000, foi fraudada. Este é o tema, por sinal, da peça de resistência de *A Melhor Democracia Que o Dinheiro Pode Comprar*. Ao longo de 80 páginas, o jornalista descreve todas as suas investiga-

ções e as dificuldades que teve para noticiar os resultados a respeito da disputa entre Bush e Gore na Flórida.

O jornalista dedica-se a mostrar como o governo da Flórida, chefiado por Jeb Bush, em flagrante desrespeito à legislação, cancelou ou impediu o direito de voto de milhares de pessoas - a maioria com perfil de votantes no Partido Democrata.

Eram, em sua maioria, ex-condenados pela Justiça de outros Estados - cujos direitos políticos, reza a lei, são restabelecidos automaticamente depois do cumprimento da pena -, negros e pobres. Ocorreu, como disse, uma "limpeza étnica no registro de eleitores da Flórida".

Paralelamente à descrição de suas descobertas, Palast descreve as dificuldades que encontrou para publicá-las na imprensa americana, ainda a tempo de influenciar o resultado das eleições.

A certa altura, o aflito Palast ouviu de um repórter do *Washington Post*: "Você tem que publicar essa história, Greg, imediatamente". E, então, escreve ele no livro, "em vez de me conduzir para a sala de redação do *Post*, pediu para que eu ligasse para a *The Nation*, uma espécie de centro de refugiados para notícias prenunciadoras de tempestades".

Alguém poderá objetar: que interesse tem ler sobre uma eleição passada, já decidida? Responde Palast, com base na experiência que acumulou na apuração do que ele chama de "roubo" em 2000: "A eleição de 2004 talvez já esteja decidida".



MOORE. Jeito parecido, método bem diferente

No capítulo que dá título ao livro, Palast se dedica a apontar as relações entre "os Bush e os bilionários que os amam". É uma farrá, em que aparecem os nomes da Chevron, reverendo Moon, a Barrick Corporation (mineradora com interesses em vários países), a família Bin Laden e, *last but not least*, a GTech.

Sim, a empresa envolvida no escândalo Waldomiro tem laços antigos com a família Bush. A história se passa em 1997, quando Bush era governador do Texas e a GTech estava prestes a perder a concessão para explorar as loterias do Estado, um negócio de centenas de milhões de dólares. Palast mostra como o governo estadual se empenhou para manter a GTech no comando da operação, apesar das acusações de propina e favorecimento contra a empresa.

O caso também envolve um lobista da GTech, Ben Barnes, que era vice-governador do Texas em 1968, à época em que o hoje presidente dos Estados Unidos foi destacado para prestar o serviço militar na Guarda Nacional - uma força defensiva, cujos soldados não eram enviados ao Vietnã.

Uma fonte de Palast, mantida no anonimato, teria se disposto a dizer em juízo que Bush fez um acordo com Barnes porque o lobista "podia confirmar que ele havia mentido durante a campanha (ao governo do Texas) de 1994". Na ocasião, Bush afirmou que seu pai não o ajudou a ingressar na Guarda Nacional. O tema promete reaparecer nesta campanha de 2004.

Palast deve vir ao Brasil no próximo dia 22. Na ocasião, ele promete fazer revelações sobre as suspeitas ligações brasileiras de uma outra empresa americana, já envolvida no escândalo da apuração das eleições na Flórida. A julgar pelo teor de *A Melhor Democracia Que o Dinheiro Pode Comprar*, vale a pena ouvir o que ele tem a dizer. ■



BUSH. O presidente é o maior alvo de Palast

OUTROS ALVOS

Revelações e temas quentes relatados no livro

Ouro - Uma investigação sobre os negócios da empresa mineradora Barrick e suas ligações com a família Bush acabou levando Palast à Tanzânia. A empresa conquistou uma concessão bilionária no país, mas viu-se acusada de, ao tomar posse da área, com a ajuda da polícia local, ter causado a morte de cerca de 50 mineiros, enterrados vivos. A Barrick nega veementemente todas as acusações e uma das fontes de Palast em Dar es Salaam acabou presa.

Equador - Um documento confidencial do FMI, obtido por Palast em 2000, lista 167 condições impostas pelo Fundo para emprestar dinheiro ao país sul-americano. Parece "o projeto de um golpe de Estado financeiro", diz ele.

Argentina - "Era uma noite agradável de 2001 quando recebi o telefonema: a economia da Argentina estava morta". Mais adiante, ele escreve: "Os entendimentos e memorandos provam que o Banco Mundial e o FMI puxaram o gatilho, agindo como leões-de-chácara dos credores internacionais seqüestradores de ativos".

Wal-Mart - Palast afirma que, contrariando sua política interna, a rede de varejo tem como fornecedores uma empresa, na China, que usa os serviços de presidiários. O jornalista é direto: "Como a Wal-Mart saberia que seus fornecedores com fábricas nos campos de concentração da China usam trabalho escravo? Não há como".

Monsanto - Em 1999, o jornalista mostrou no *Observer* o conteúdo de um documento confidencial que indicava as relações privilegiadas da empresa, envolvida em experiências com hormônios geneticamente modificados para crescimento bovino, com altas autoridades de organismos internacionais e de governos de países como o Canadá.

SUA EXCELÊNCIA, O PRESIDENTE

O dia em que Robert Rubin, secretário do Tesouro americano, conquistou o Brasil. POR GREG PALAST*

QUANDO ERA MENINO, O SECRETÁRIO do Tesouro dos Estados Unidos, Robert Rubin, sonhava ser presidente do Brasil. E em 1999 seu sonho se realizou. É claro

que, como tem endereço em Washington e nacionalidade americana, Rubin conquistou o controle do Brasil da única maneira que podia: por intermédio de um golpe brilhante.

Em outubro de 1998, o presidente nominal do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, foi reeleito para o cargo por um único motivo: tinha estabilizado o valor da moeda brasileira e, portanto, contido a inflação. Na verdade, não tinha. O real brasileiro estava ridiculamente supervalorizado. Mas, com a aproximação das eleições, sua taxa de câmbio contra o dólar simplesmente desafiava a gravidade. Esse milagre levou Cardoso à linha de chegada com 54% dos votos.

Mas não existem milagres.

Quinze dias depois da posse de FHC, o real despencou e morreu. Seis meses depois da eleição, ele tinha aproximadamente a metade de seu valor no dia da eleição. A inflação está aumentando e a economia implodindo. A taxa de aprovação de Cardoso, que se revelou um incompetente e uma farsa, caiu para 23% do eleitorado. Tarde demais. Ele já havia colocado a presidência no bolso.

*Este texto é um capítulo especial incluído na edição brasileira de *A Melhor Democracia que o Dinheiro Pode Comprar* (editora W11)

Quer dizer, mais ou menos. Não restava muito da presidência de Cardoso além do título. Todas as políticas importantes, do orçamento ao emprego, são ditadas pelo Fundo Monetário Internacional e seu órgão irmão, o Banco Mun-



SE O GOLPE DE ESTADO DE RUBIN PARECEU BEM DADO, FOI PORQUE ELE USOU O MESMO MÉTODO PARA SE TORNAR PRESIDENTE DO MÉXICO EM 1994

dial. E por trás deles, dando as cartas, estava o secretário do Tesouro, Rubin, que governou de fato como presidente do Brasil sem precisar perder uma única festa em Manhattan. Mas esse é o preço que Cardoso pagou pelos serviços de Rubin na campanha eleitoral. Pois foi o se-

cretário do Tesouro quem, junto com o FMI, manteve a moeda brasileira alta.

Rubin tem bons motivos para manter a dúbia moeda brasileira, além de ajudar FHC. Sabendo muito bem que a moeda seria destruída logo depois da eleição, o Tesouro dos Estados Unidos garantiu que os bancos americanos conseguissem tirar seu dinheiro do país em condições favoráveis. Entre julho de 1998 e a posse em janeiro do ano seguinte, as reservas em dólar do Brasil caíram de US\$ 70 bilhões para US\$ 26 bilhões, um sinal de que os banqueiros pegaram seu dinheiro e fugiram. Mas a moeda permaneceu em alta antes da eleição porque os Estados Unidos deixaram clara sua intenção de substituir as reservas perdidas por um pacote de empréstimos do FMI.

E também se deixou muito claro para os eleitores que os fundos seriam entregues apenas a FHC, e jamais ao Partido dos Trabalhadores, da oposição. O apoio da elite internacional a FHC foi selado pela presença, em julho, no Rio, de Peter Mandelson, cão de caça político do primeiro-ministro britânico, Tony Blair. O estranho e inédito apoio de Mandelson a FHC marcou o ingresso oficial de Cardoso no projeto da Terceira Via de Clinton e Blair.

Um mês após a reeleição de Cardoso, o FMI ofereceu ao Brasil um crédito no total de US\$ 4,1 bilhões. O Brasil não ficou com nada disso, é claro. Qualquer parcela que tenha realmente pingado no país embarcou no primeiro avião com os investidores e especuladores que o abandonaram.

Agora, os brasileiros têm de pagar a dívida. Mas essa é a menor de suas preocupações. Como parte da magia negra para manter a taxa de câmbio antes da eleição, Washington pressionou o BC do Brasil a elevar a taxa de juro básica para 39%. O FMI pressionou por 70%. Nas ruas de São Paulo, isso se traduziu em taxas de juro de até 200% sobre empréstimos privados e crédito a empresas.

A confirmação do esquema de Rubin para salvar tanto FHC quanto os bancos americanos vem de uma fonte das mais interessantes: Jeffrey Sachs, da Universidade Harvard.

Sachs é mais lembrado como a Mary Tifóide do neoliberalismo (*lenda urbana sobre a cozinheira Mary Mallon, que teria provocado a morte de milhares de pessoas por febre tifóide em Nova York no início do século XX*) que disseminou teoremas do mercado livre e a depressão econômica pela extinta URSS. Sachs, que continua entre o falante grupo de atores no círculo das finanças internacionais, disse-me: "Você podia ver a economia (brasileira) caindo do precipício. Foi em câmara lenta. Mas, em vez de evitar a queda pela desvalorização controlada, Washington e o FMI incentivaram vigorosamente taxas de juro acima de 50%", disse. "Washington queria a reeleição de FHC", dando seis meses aos financistas americanos para vender os títulos e moeda do Brasil em condições favoráveis.

Se o golpe de Estado de Rubín pareceu bem praticado, foi porque ele usou o mesmo método em 1994 para tornar-se presidente de fato do México. Mais uma vez, um partido governante sem credibilidade voltou ao poder pela força de sua moeda e das promessas de apoio dos Estados Unidos. Quatro semanas depois da posse do presidente Ernesto Zedillo o peso despencou, enquanto os credores americanos do México foram salvos por um fundo de empréstimo especial dos Estados Unidos.

FHC sabe que não adianta culpar as manipulações de Rubín pelos problemas do Brasil. Em vez disso, com a ajuda de uma imprensa de direita, ele e o FMI atribuem o colapso econômico a vilões conhecidos: funcionários públicos, aposentados e sindicatos. São acusados de estourar o orçamento do governo.

Isso é maluquice. Os pagamentos dos juros, comenta Sachs, equivalem a monstruosos 10% dos gastos do país e são totalmente responsáveis pela duplicação do déficit federal. Comparadas a isso, as aposentadorias dos funcionários, principal alvo dos cortadores de orçamento, são uma gota no oceano.

Mas a análise de Sachs é incompleta. Ele diz que "o FMI falhou" porque os juros altos causaram a crise e a depressão. Está enganado. A crise é um elemento deliberado do plano.

A crise tem suas utilidades. Somente em caso de pânico econômico Rubín e o FMI podem soltar os Quatro Cavaleiros da Reforma: eliminar os gastos sociais, cortar a folha de pagamentos do governo, quebrar os sindicatos e, o verdadeiro prêmio, privatizar empresas públicas lucrativas. Mas FHC não estava contente no papel de marionete de Rubín. Originalmente um sociólogo e especialista em Teoria da Dependência, Cardoso



COM A AJUDA DE UMA IMPRENSA DE DIREITA, FHC E O FMI ATRIBUEM O COLAPSO A VILÕES CONHECIDOS: SINDICATOS, FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E APOSENTADOS

deve ter lamentado pessoalmente a perda da soberania financeira de seu país.

Ele sobreviveu às eleições, mas a oposição varreu seu partido dos principais Estados. Os novos governadores não lamentaram. Mostraram os dentes. Em janeiro de 1999, o ex-presidente Itamar Franco, recém-eleito governador do Estado de Minas Gerais, recusou-se a pagar as dívidas com o Tesouro Nacional. Então outros seis governadores disse-

ram a FHC o que qualquer pessoa sensata diria a um agiota que aumenta a taxa de juro de 10% para 60%: vá para o inferno. A imprensa mostra Franco como um bufão, enciumado de Cardoso. Seu objetivo é desviar a atenção da verdadeira ameaça a FHC e ao FMI: Ovídio Dutra, popular governador do Rio Grande do Sul, era a estrela ascendente do Partido dos Trabalhadores. Filho de agricultores sem-terra, um militante jovem e educado da era da televisão, Dutra transformou a capital do Estado em vitrine de desenvolvimento para o país.

Eles atacam Franco, mas é a Dutra que temem. FHC fez o possível para punir os gaúchos por sua eleição. Dutra não suspendeu os pagamentos ao governo federal, mas pagou os fundos, cerca de 27 milhões de libras, nos tribunais. FHC reagiu com crueldade, retendo 37 milhões de libras em impostos coletados para o Estado de Dutra. O FMI bloqueou empréstimos para o Rio Grande do Sul. Contatado por telefone em seu escritório em Porto Alegre, Dutra disse-me que aceitava o fato de a crise exigir sacrifícios. Ele demitiu funcionários públicos, mas teve a audácia de sugerir à General Motors e à Ford que participassem do sacrifício e desistissem de isenções fiscais, que agora sangravam os cofres do Estado.

O Brasil é um país rico, com um PIB, mesmo em depressão, de meio trilhão de dólares. Mas, como um hamster frenético na rodinha, está perdendo a corrida para captar seu próprio capital em fuga, que deve recomprar com taxas de juro de usura. Foi por isso que Dutra se esforçou tanto contra a privatização do banco de desenvolvimento de seu Estado, um motor da expansão autofinanciada do Rio Grande do Sul.

O governador, que não é bobo, não desperdiçou balas contra o humilhado FHC. Ao organizar a resistência às exigências de Rubín e às condições de crédito do FMI, Dutra habilmente não visou as marionetes, mas seus manipuladores.

Dutra foi derrotado e, embora seu Partido dos Trabalhadores esteja na presidência (com Dutra como ministro), Lula está na prisão dos devedores, algemado pelas obrigações com o Citibank e seu braço policial, o FMI. E Rubín foi eleito para um cargo muito mais alto

que o de presidente-sombra do Brasil: é presidente do comitê executivo do Citigroup, a corporação que é dona do Citibank, que é dono do Brasil.

Postais do carnaval da desvalorização.

Eu acabara de me servir mais uma dose da pinga caseira de Zeb. Era dezembro de 1998. Estava brindando a três conquistas extraordinárias do Brasil que haviam ocorrido naquele dia.

A primeira era a aprovação de uma linha de crédito de US\$ 42 bilhões do FMI e do Banco Mundial para o Brasil. A segunda, relacionada à primeira, era um salto de 4% no valor das ações na Bolsa do país. A terceira era o anúncio pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de que o Brasil finalmente havia superado o Chile como economia mais desigual do hemisfério.

O BID calcula que 10% das famílias mais ricas do Brasil, hoje, recebem 47% da renda do país. Os 10% mais pobres recebem menos de 1%.

A expectativa de vida no Brasil é hoje a mais baixa das Américas. Menos de uma em cada cinco crianças mais pobres do país completam a escola primária, menos ainda que na Bolívia e no Peru.

No entanto, o economista-chefe do Banco Mundial aplaudiu as "boas condições dos fundamentos econômicos do Brasil". A pergunta é: boas para quem?

O que marca os que visitam São Paulo não é a pobreza, mas sua riqueza organizada: fileiras e fileiras de luxuosos prédios de apartamentos, shoppings e torres de escritórios – frutos de um PIB quase tão grande quanto o da Grã-Bretanha.

Se eu deixar cair um copo pela janela do meu hotel de luxo, matarei uma galinha na favela lá embaixo, uma das numerosas cidades de barracos que inundam os espaços entre as extravagantes torres urbanas.

A pinga me ajuda a entender essa louca mistura de pobreza e riqueza. Assim como um cartão-postal do Rio de Janeiro completamente preto. Os moradores do Rio, a Cidade Luz, envia-

ram centenas desses cartões escuros aos políticos locais, num protesto contra a Light, a companhia de eletricidade, hoje apelidada de Dark.

Em 1997, o governo federal privatizou a Rio Light, vendendo-a para a Electricité de France e a Houston Industries, do Texas. Os novos proprietários, que haviam prometido melhorar o serviço, rapidamente eliminaram 40% da força de trabalho da empresa.

Infelizmente, o sistema elétrico do Rio não está totalmente mapeado. Os funcionários da companhia elétrica guardavam na cabeça a localização dos cabos e transformadores. Quando foram demitidos, levaram consigo os mapas mentais.

Quase todos os dias um novo bairro ficava às escuras. Os proprietários estrangeiros culpavam o clima no oceano Pacífico. O Rio fica no Atlântico, é claro.

Mas para os proprietários em Paris e no Texas nem tudo era escuridão. As conseqüências dos cortes de salários e aumento de tarifas ajudaram os donos estrangeiros a obter dividendos de mil por cento. O preço da ação da Rio Light saltou de R\$ 194 para R\$ 259.

Em 1998, o governo brasileiro pôs em leilão a empresa de eletricidade de São Paulo. Apesar de gritos e processos movidos por organizações de consumidores, a companhia foi ganha pelo único licitante, que pagou o preço mínimo: o mesmo consórcio corrupto Houston-Paris. Imediatamente os novos donos anunciaram um excesso de mil funcionários.



EM 1997, O GOVERNO FEDERAL PRIVATIZOU A LIGHT, A COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO, HOJE APELIDADA DE DARK

O objetivo desta história de privatização é esclarecer os detalhes sórdidos, raramente relatados, do que o Banco Mundial chama de "criar um ambiente amigo do mercado".

As condições dessa liquidação de ativos brasileiros são ditadas por um volumoso documento da consultoria americana Coopers & Lybrand (hoje chamada PriceWaterhouseCoopers). Enquanto o termo "mercado" é borrifado por todo o texto, o projeto é feudal e não capitalista. A Coopers divide a infra-estrutura vendável do país em monopólios legalmente aceitáveis, destinados a garantir superlucros aos novos donos, na maioria estrangeiros, sem empecilhos do controle do governo ou da concorrência.

Ele tem como modelo o sistema medieval de "arrendamento fiscal", em que, por um único pagamento, os reis permitiam que coletores de impostos limpassem os camponeses. Os termos da privatização beneficiaram outros clientes da Coopers, as mesmas companhias que faziam ofertas pelos ativos brasileiros.

O Banco Mundial afirma que a liquidação de todas as empresas públicas do Brasil foi lançada pelo governo brasileiro, "sem pressão externa". Ah, claro! A venda acelerada dos bens brasileiros – no valor de US\$ 40 bilhões em 2003 – é uma condição inegociável das linhas de crédito de bancos e agências internacionais.

Supostamente, a venda de empresas públicas, portos e rodovias reduz as dívidas do país. Não é verdade. Privatizar a infra-estrutura reduz a dívida do governo, mas não a dívida pública. A menos que os cidadãos desistam da eletricidade e da água, o público ainda é responsável pelas dívidas desses serviços. Na verdade, o governo está cobrindo os custos de seus empréstimos por meio de um terrível imposto regressivo, na forma de aumento dos preços da eletricidade e da água cobrados aos trabalhadores do país (e aos desempregados das favelas).

É claro que a elite brasileira recebe parte do saque. O governo exige que qualquer

consórcio estrangeiro que compre empresa estatal incluía um sócio de língua portuguesa. Provavelmente, você não ficará chocado ao saber que amigos do partido governante estão recebendo tratamento especial.

Em 1998, o ministro das Comunicações e o diretor do programa de privatizações demitiram-se depois que transcrições de conversas em telefones celulares interceptadas revelaram suas tentativas de influenciar as ofertas por companhias telefônicas estatais, para favorecer amigos ligados a operadoras europeias.

O processo de "reformas" imposto por credores externos não se limita à tomada de bens estatais.

O Brazilian Council da Grã-Bretanha promoveu uma reunião em Londres, em novembro de 1998, sobre os serviços públicos do Brasil. Foi apresentado um plano para "melhorar a eficiência no mercado de trabalho", financiado pelo Banco Mundial. Os brasileiros não deveriam ver o documento. Mas eu obtive uma cópia e decidi contar o que há nele.

O Plano Mestre do Banco Mundial propõe cinco aperfeiçoamentos para esse país que tem o menor compromisso com a educação e outros serviços públicos do hemisfério. Ele diz claramente:

- Reduzir salários e benefícios
- Cortar pensões
- Aumentar as horas de trabalho
- Reduzir a estabilidade no emprego e o emprego.

Mas a recompensa, a linha de crédito de US\$ 42 bilhões, não vai, em última instância, pingar sobre as pessoas nos barracos?

Não, diz Ildo Sauer, professor de energia da Universidade de São Paulo (licenciou-se para exercer o cargo de diretor de Gás e Energia da Petrobrás - N.E.). "Tudo vai para saldar os prejuízos do jogo" - o esforço frenético do governo para manter a taxa de câmbio do real contra o ataque de especuladores.

O Brasil está pagando juros incríveis de 40% sobre sua dívida interna para convencer a elite a guardar o dinheiro em São Paulo, em vez de Miami. Os US\$ 42 bilhões não vão cobrir juros de um ano.

Estive hospedado numa casa maravilhosa na praia, perto de Santos (por motivos de pesquisa, legitimamente co-

brada do *The Observer*). O proprietário diz que a residência vale cerca de US\$ 500 mil. É sua terceira casa. Ele paga IPTU de apenas US\$ 1 mil por ela.

Os pobres da cidade não mandam seus filhos à escola porque a captação de impostos não é suficiente para pagar livros, uniformes e transporte dos alunos.

E agora, dois anos depois, vemos que os US\$ 42 bilhões do FMI simplesmente permitiram que o banco americano deixasse o Brasil e os ricos espertos mandassem seu dinheiro para o exterior.

É março de 2000. Com a aproximação da terça-feira de carnaval, as conversas políticas ao som da batucada são sobre o salário mínimo, que a Constituição do país efetivamente fixa em US\$ 100 por mês. Com a desvalorização da moeda e a inflação maciça dos bens básicos (a eletricidade aumentou 250%), o mínimo deveria subir automaticamente de R\$ 130 para pelo menos R\$ 170.

Sobre esse socorro à população de baixa renda, o presidente Fernando Henrique Cardoso, portador da tocha da Terceira Via na América Latina, perma-



O APOIO DA ELITE A FHC FOI SELADO EM JUNHO DE 1998, NO RIO, PELA PRESENÇA DE PETER MANDELSON, CÃO DE CAÇA POLÍTICO DE BLAIR

neia inescrutavelmente perplexo. Mas seus ministros, as câmaras de comércio e seus acadêmicos encheram colunas de jornais com argumentos para se eliminar a "inflexibilidade" da Constituição.

Como tudo o mais durante o carnaval, o debate sobre o salário mínimo é uma farsa. A questão já fora decidida e anunciada em novembro de 1998 pelo Banco Mundial e seu primo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, em um relatório ao British Council em Londres (cujo segredo agora violou com alegria).

Em troca dos empréstimos usados para sustentar o valor do real - um completo fracasso -, o Brasil teria de cortar os salários e aposentadorias do governo, e, em especial, fazer cortes nos serviços básicos como saúde e educação. Alguns salários e aposentadorias do Estado são definidos como múltiplos do salário mínimo - por isso, o mínimo tem de ser cortado sem piedade.

Para aplicar sua decisão (ou, como diz o banco, para "ajudar"), o BID transferiu US\$ 160 milhões das verbas de saúde e seguridade social do Brasil para esse projeto "estrutural". Nem todo o dinheiro foi desperdiçado. Minha própria dispendiosa viagem pelo Brasil foi paga com essas verbas, numa coordenação do Departamento de Estado dos EUA e da velha frente da CIA, a USIA. (Não pergunte.)

Meu trabalho era instruir os brasileiros em processos democráticos para consumidores e sindicatos dentro dos direitos básicos de uma sociedade civil. Isso é bem americano: primeiro atire em suas pernas, depois dê a eles aulas de samba.

A disputa sobre o salário mínimo é um tanto teórica nos Estados do Norte do Brasil que cercam a bacia Amazônica, onde qualquer salário é um luxo. Por isso fiquei especialmente tocado pela batalha de um grupo, na maior parte dessa área da Amazônia, conhecido simplesmente como Donas de Casa. As mulheres, cujo trabalho típico consiste em coletar alimentos e roupas para os mais pobres dos pobres do país, deram um susto no complexo bioindustrial internacional com uma ação legal, aberta para elas pelos advogados do Idec, uma associação de consumidores



O QUE MARCA OS QUE VISITAM SÃO PAULO NÃO É A POBREZA, MAS A RIQUEZA ORGANIZADA. SE EU DEIXAR CAIR UM COPO PELA JANELA DO MEU HOTEL DE LUXO, MATAREI UMA GALINHA NA FAVELA LÁ EMBAIXO

do Brasil, para impedir a venda pela Monsanto de soja "Round Up Ready".

A Monsanto modifica o DNA dessas sementes mágicas para sobreviver a uma forte dosagem do herbicida da companhia, Round Up. Andréa Libério, uma líder da Casa, enfurece-se diante da alegação condescendente da indústria de que esse produto vai alimentar os pobres brasileiros, enquanto ela lê que os supermercados britânicos Tesco se recusam a vender produtos contaminados por ele. No início, a briga das Donas de Casa parecia a de um peixe de aquário contra Godzila. Mas os peixinhos estão ganhando.

A Monsanto, em vez de apresentar evidências num tribunal, entregou a defesa da companhia ao juiz em sua casa, à noite. Mas escolheu o juiz errado. Este, aparentemente, lembrava-se do tempo não muito distante em que o governo militar ia à noite entregar as decisões "certas" aos juizes, ou os levava embora. O juiz Antonio Souza Prudente decidiu que os brasileiros não lutaram para depor a ditadura militar e vê-la substituída por uma comercial. Em seu tribunal, denunciou os visitantes noturnos e proibiu a venda das sementes manipuladas.

A decisão de agosto de 1999 encorajou o diretor da agência ambiental do país a aliar-se aos consumidores e às Donas de Casa. Não foi uma decisão profissional acertada - o presidente Cardoso o demitiu do cargo. Depois, o

governo FHC foi favorável na apelação da Monsanto.

Mas a decisão do juiz parece juridicamente intocável. O Brasil, segundo meus conselheiros da embaixada americana, tem leis ambientais mais rígidas que os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha, com multas maiores contra os poluidores. Olhei pela janela do carro para as colunas de fumaça cáustica que dá a partes de São Paulo a aparência do terceiro anel de Hades. "Ah... Todo ano o presidente Cardoso decreta uma anistia, assim ninguém paga as multas."

Antes de me reunir com o vice-secretário de Justiça do Estado de São Paulo, meu guia do Departamento de Estado sugere que eu use a nova linguagem criada por consultorias de grupos de interesse. Os cidadãos não são mais cidadãos, e sim "clientes". O poder do mercado substitui os direitos humanos. "Existe toda uma nova atitude no Brasil em relação ao público". Passamos por cima de alguns "clientes" que dormiam sobre as saídas de ventilação do hotel.

O secretário ficou contente ao me ver. Isso lhe deu uma desculpa para escapar de duras negociações com líderes dos sem-terra e sem-teto que haviam ameaçado montar um acampamento permanente em volta da Secretaria. Eu comentei em inglês: "The ruthless meet the ruthless" [Os sem-teto

encontram os sem-piedade]. Acho que a tradução foi difícil.

Enquanto garçons serviam xícaras de café, o homem do Departamento de Estado estava ansioso para me mostrar o lado progressista de FHC. Apontou para a maquete de um grande edifício que ocupava a mesa do secretário. "Acho que é o novo projeto habitacional do governo."

O secretário sorriu. "Na verdade, é nossa nova prisão. O mais moderno projeto americano."

Imagino que seja preciso colocar os "clientes" em algum lugar.

Notas da entrevista.

Por que aquele homem estava cortando árvores? Para obter lenha para cozinhar. Ele não pode comprar gás engarrafado. O preço aumentou 350% em um ano.

E por quê? Porque o governo FHC eliminou os subsídios e controles do gás engarrafado.

Por que aumentar o preço do gás? Para que os que podem pagar prefiram o gás encanado ao engarrafado.

Por que o governo não promoveu o gás encanado? Para tornar a privatização da companhia estatal, Comgás, mais interessante aos investidores estrangeiros.

Por que vender a Comgás? Cardoso precisava de US\$ 10 bilhões por mês só para pagar os empréstimos para salvar a moeda.

Quem a comprou? A Shell Oil e a British Gas.

Quando? Em 1997, pouco depois que Tony Blair mandou seu principal assessor em visita ao presidente Cardoso.

"Relaxe, é carnaval", me diz a embaixada. Lá está o presidente Cardoso num pequeno fio dental verde, ajoelhado na frente de Bill Clinton. Ele está cantando a balada de Jobim "Eu serei o palhaço...". De certa forma, os humoristas do desfile são mais verossímeis que a coisa real. Bem, chega. Tenho de vestir minhas plumas. Como diz o Departamento de Estado, "se você não consegue enriquecer, pelo menos pode ficar nu". ■

Tradução:
Luiz Roberto Mendes Gonçalves

A BATALHA PELA INFORMAÇÃO

Palast explica por que suas reportagens não saem nos EUA e como vê o jornalismo hoje. **A MAURICIO STYGER**

CartaCapital: Por que, na sua opinião, a eleição na Flórida, que definiu a vitória de Bush em 2000, foi mais bem noticiada na Europa do que nos Estados Unidos?

Greg Palast: A eleição não foi noticiada nos Estados Unidos porque temos uma imprensa controlada aqui. Uma imprensa que não publica informações que questionam as estruturas de poder. Todo jornal americano tem exatamente a mesma linha política, sem variações, ao contrário do que ocorre no Brasil ou na Europa. Só existe o ponto de vista do establishment, e a divergência não é permitida. Não existe esquerda, direita, nada. É uma imprensa tão presa quanto era o *Izvestia* (o jornal do governo, durante o regime comunista na então União Soviética).

CC: O senhor escreve que "a eleição de 2004 talvez já esteja decidida". Qual é o seu temor?

GP: A família Bush vai usar os mesmos truques. Eles vão remover milhares de eleitores com direito a voto, não tenho dúvida. Eles aprovaram uma nova lei, chamada Help American Vote Act, e sempre tenho medo quando a família Bush diz que vai nos ajudar a votar. A lei vai exigir a computadorização do sistema de votação. Como resultado, tenho certeza, eles farão com que as máquinas de votação nos redutos de população negra não contem alguns votos. Na eleição de 2000, a Universidade Harvard comprovou, 1 milhão de votos de eleitores negros não foram contados. Governos locais registraram que no total 2 milhões de votos não foram contados. É um dado oficial. O governo diz que a falha é aleatória. Mas constatamos que há uma questão racial aí: cerca da metade dos votos não contada é de negros.

CC: O senhor pinta um retrato pouco edificante da realidade mundial, dominada por um governo (Bush) com intensos interesses privados, em

conluio com organismos como o FMI, o Banco Mundial e a OMC. Existe alguma alternativa a esse modelo?

GP: Não é um quadro tão sombrio quanto algumas pessoas vêem. Há muitos movimentos populares reagindo a esse quadro. Quanto mais os progressistas ganharem espaço, mais os interesses corporativos serão afugentados. Por outro lado, com a queda do Aristide, no Haiti, claramente orquestrada pelos Estados Unidos, vemos uma tentativa de cancelamento de eleições democráticas.

CC: No capítulo sobre o Brasil, o senhor mostra como o governo FHC se rendeu a esse modelo, e como o governo Lula está

anarrado a ele. Como Lula pode se livrar, como o senhor diz, dessas "algemas"?

GP: É muito difícil. É preciso entender que a economia brasileira está sendo mantida como refém. No caso da Argentina, a única maneira de se libertar foi por meio de uma moratória. Mas a Argentina não tinha nada a perder com uma moratória. Não é o caso do Brasil. Lula está numa situação muito difícil. Ele herdou uma dívida gigantesca, herdou acordos que deixam o País em situação frágil. Sei que há muita gente desejando que ele tome atitudes mais duras, mas não se esqueça de que George Bush é o presidente dos Estados Unidos, James Wolfenson é o presidente do Banco Mundial. Esses caras são implacáveis e não perdoam. Não pensariam duas vezes em cortar o crédito internacional e deixar o país de joelhos. E não ignore as coisas que Lula está fazendo em silêncio. Diferentemente de Chávez, que gosta de fazer discursos em voz alta, Lula age de forma muito mais discreta. O que é melhor? Não sei. Veremos quem vai sobreviver...

CC: Ainda no capítulo sobre o Brasil, o senhor fala com entusiasmo do então governador Olívio Dutra, produzindo um retrato tão positivo quanto o dos sindicalistas bolivianos que se rebelaram contra a privatização do sistema de águas de Cochabamba. Essa sua visão, que talvez só um estrangeiro pode ter, não implica o risco de soar um pouco ingênua?

GP: Não quero idealizar os líderes políticos. Todos têm as suas fraquezas. As vezes, quando você está muito próximo, pode perder a perspectiva internacional. O que foi importante no caso de Olívio Dutra, assim como no de Hugo Chávez ou no dos sindicalistas bolivianos, é que, apesar de todos os seus problemas, eles se tornaram líderes do dissenso contra a nova ordem global. E a habilidade deles em resistir teve repercussão internacional. Essa é a minha perspectiva. Quando Dutra resistiu no Rio Grande do Sul, isso teve repercussão na Indonésia. E, para mim, isso é muito importante.

CC: Lendo o seu livro, a impressão é que o jornalismo não é exatamente uma profissão, mas uma espécie de missão para o senhor. É isso mesmo?

The New York Times
The Washington Post

TODO JORNAL AMERICANO TEM A MESMA LINHA. SÓ EXISTE O PONTO DE VISTA DO ESTABLISHMENT

A MANEIRA

GP: Na Europa, sim. Lá há um reconhecimento muito maior de que, quando você está apurando um fato, não existe objetividade. Você está falando sempre de algum ponto de vista. E que é melhor expô-lo abertamente do que fingir que existe objetividade na reportagem, como fazem os jornais americanos. O *New York Times* trata Hugo Chávez, eleito democraticamente, como se ele fosse um ditador, falando do "regime Chávez", "o poder de Chávez", etc., ao mesmo tempo que mostra o sorridente ditador do Paquistão, Musharraf, dizendo que está levando democracia ao país. Desde quando um ditador, que derrubou um presidente eleito, traz democracia a algum lugar? É preconceito do *New York Times*.

Eu deixo claro onde estou. Acredito que o meu trabalho, o jornalismo, é dar voz aos que não têm o poder de falar por eles próprios. E também revelar informação que está escondida.

CC: O jornalismo investigativo é a única forma de combater essa "democracia" que o senhor descreve no livro?

GP: Você não pode lutar sem informação. E a informação faz você querer lutar. As pessoas nos Estados Unidos têm certeza de que o governo está mentindo, mas não sabem como ou por que ele está fazendo isso. Meu trabalho é mostrar qual é a verdadeira informação.

CC: Como o senhor define "jornalismo investigativo"?

GP: Jornalistas investigativos são aqueles que não vão a entrevistas coletivas, não escrevem a partir de press releases, não reproduzem declarações oficiais, mas buscam a informação original. O trabalho do jornalista investigativo é fornecer a informação que o poder constituído não gostaria que fosse exibida.

CC: O senhor usa gravadores escondidos, disfarces e outros artifícios do gênero para obter importantes informações. Na sua opinião, são recursos válidos em qualquer situação do jornalismo?

GP: Sim. Eu não precisaria usar disfarces, nomes falsos, gravadores escondidos se as autoridades falassem a verdade. Mas elas sempre mentem. Para falar a verdade, elas não podem saber com

quem elas estão falando. Agora que estou começando a ficar conhecido, está ficando mais difícil para mim.

CC: O senhor diz que "a reportagem investigativa é praticamente um crime nos Estados Unidos". Como isso ocorreu no país do caso Watergate?

GP: O *Washington Post* vive dessa fama há 30 anos. Não produziram uma única investigação jornalística séria desde então. As pessoas que fazem jornalismo investigativo nos Estados Unidos estão perdendo seus trabalhos depois que pisam em muitos calcanhares. Jornalistas com o meu perfil não podem trabalhar em jornais americanos. Eles acham alguma desculpa para nos demitir. Eu moro nos Estados Unidos, faço reportagens so-



NÃO PRECISARIA USAR DISFARCE, NOME FALSO SE AS AUTORIDADES FALASSEM A VERDADE. MAS ELAS MENTEM SEMPRE

bre os Estados Unidos, mas tenho que trabalhar para a BBC, de Londres.

CC: O senhor pinta um retrato trágico da mídia americana, chama o *Washington Post* de "covarde", diz que o leitor encontrará no livro "o que não leu no *New York Times*" e chama os jornalistas econômicos de "poodles"...

GP: São poodles. Eles vão a essas entrevistas coletivas, viram-se com as patinhas para cima e fingem-se de mortos. Uma coisa boa é que a internet oferece aos americanos a alternativa de ler a imprensa estrangeira. Também nos Estados Unidos há uma grande rede de rádios comunitárias, sem fins lucrativos, que trazem informações. Meios alternativos estão sendo usados para expor a verdade.

CC: O senhor reitera inúmeras vezes o apoio do grupo *Guardian/Observer*. Também menciona os altos custos envolvidos no seu trabalho. É possível concluir que não existe jornalismo investigativo sem pesados investimentos?

GP: É muito difícil fazer investigação jornalística séria sem muito dinheiro. Você precisa de ajuda jurídica, você precisa viajar... São reportagens que tomam muito tempo. Em redações que visam ao lucro, os repórteres têm que escrever uma reportagem por dia. E não dá para fazer uma grande investigação em um dia, ou em uma semana, ou às vezes nem mesmo em um mês. Então, é muito caro. Tanto o *Guardian* quanto a BBC são organizações sem fins lucrativos. São em-

presas que podem gastar muito dinheiro com reportagens que não dão muito dinheiro.

CC: Como praticar esse tipo de jornalismo num país como o Brasil, em que a mídia está falida, pedindo dinheiro emprestado ao governo para saldar as suas dívidas?

GP: Ai, meu Deus! (risos) Eu não sei! Saiba que a situação é pior ainda em outros países. Na Argentina, um jornalista de um dos principais jornais do país pediu para eu lhe enviar meu livro pelo correio porque custaria uma semana de trabalho para ele se tivesse que comprar. O jornalismo brasileiro parece estar em situação melhor do que no resto da América Lati-

na, até mesmo do que nos Estados Unidos, porque, ao menos, vocês têm alguma liberdade para divergir da linha oficial. Jornalistas em todo o mundo estão hoje numa batalha, lutando para falar. Está muito, muito difícil em todo lugar.

CC: O que é essa fundação para a qual o senhor pede dinheiro no seu site?

GP: É uma fundação para apoiar reportagens investigativas. Mesmo com o apoio da BBC, não há dinheiro suficiente, ainda mais agora que estou sob ataque jurídico o tempo todo. No momento, a fundação apóia basicamente as minhas operações, mas se eu arrecadar o bastante pretendo contratar outras pessoas, incluindo pessoas em outros países, para me ajudar. ■